



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

“AGENTE AMIGO DO PEITO”: INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO DURANTE A VISITA DOMICILIAR

Autores: PEDRO HENRIQUE DIAS CABRAL, EUSLENE MARTINS DA SILVA, DANIEL OLIVA BRITO, LUÇANDRA RAMOS ESPÍRITO SANTO, EDMAR ROCHA ALMEIDA, ANTÔNIO PRATES CALDEIRA, LANUZA BORGES OLIVEIRA

Introdução

A visita domiciliar é um instrumento utilizado pelas equipes da atenção básica para inserção e conhecimento do contexto de vida da população, assim como estabelecimento de vínculos entre profissionais e a comunidade. Ainda, visa atender as diferentes necessidades de saúde, preocupando-se com a infraestrutura (habitação, higiene, saneamento entre outros) existente nas comunidades e o atendimento à saúde das famílias. (KEBIAN, 2014)

De acordo com Brasil (2012), recomenda-se a visita às famílias na primeira semana pós-parto e, posteriormente, a periodicidade deve ser pactuada com os mesmos a partir das necessidades evidenciadas e considerando-se os fatores de risco e de proteção. Essa atitude do profissional de saúde é essencial para o cuidado ao binômio mãe-bebê nessa fase, pois o pós-parto demanda uma atenção qualificada para a prevenção de riscos e agravos, e a promoção de conforto físico e mental da mãe, no sentido de empoderá-la a cuidar de si e do seu filho. (REICHERT, 2016).

Acerca da amamentação Martins, 2017, observou que a compreensão das mulheres reflete diretamente na atitude das mesmas frente ao ato de amamentar. A prática segura, adequada e prazerosa fortalece o vínculo, podendo alterar positivamente o desenvolvimento do bebê principalmente se tratando das áreas afetiva, psicomotora e na comunicação.

Nesse contexto, o presente estudo objetiva avaliar aspectos da visita domiciliar do agente comunitário de saúde à puérpera no incentivo ao aleitamento materno.

Material e métodos

Trata-se de um estudo descritivo de natureza quantitativa, realizado em um município localizado no Norte do estado de Minas Gerais, no qual participaram 77 agentes comunitários de saúde (ACS), de um universo de 81 que atuam na atenção básica do município. O levantamento dos participantes foi realizado através do cadastro nas unidades básicas de saúde, foram convidados de forma presencial e verbal e receberam informações completas sobre a pesquisa. Aqueles que concordaram em participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os dados foram coletados por meio de instrumento próprio estruturado envolvendo perguntas sobre visita domiciliar à puérpera e aleitamento materno, aplicado no período de janeiro a abril de 2018. As informações coletadas foram digitadas e os dados foram analisados utilizando o programa *Statistical Package for Social Science* (SPSS), versão 20.0.

O projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e submetido à avaliação, sendo aprovado mediante parecer do processo de nº 1.571.319. O estudo buscou durante todo o período de sua execução ter como base os princípios éticos contidos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), respeitando a dignidade e os direitos do ser humano (BRASIL, 2012).

Resultados e discussão



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Entre as variáveis, ao serem questionados acerca do método utilizado para descobrir uma mulher que acabou de ter um filho e já retornou à comunidade, 63,6% afirmaram verificar em suas visitas domiciliares, 28,5% pedem à família para avisar, 1,2% esperam que ela procure o serviço, 1,2% entram em contato com a maternidade e 6,49% usam outros métodos. Sobre visitas domiciliares às mães de recém-nascidos que já voltaram da maternidade, 90,9% afirmaram sempre realizar e 7,79% na maioria das vezes, 41,5% dos bebês possuem três dias quando recebem a primeira visita do agente. Quando perguntados se orientam as mães sobre amamentação na primeira visita, 87% afirmaram sempre fazer, 9% na maioria das vezes, 2,5% às vezes e 1,2% nunca ou raramente.

De acordo com Brasil (2012), a primeira visita domiciliar é recomendada na primeira semana pós-parto, não só pelo ACS, mas, por toda a equipe da atenção básica. Ressalta ainda as evidências de uma melhoria na prática da amamentação, desenvolvimento da parentalidade, entre outros benefícios, quando a família é bem assistida em suas visitas. Destaca também a importância de estar atento a sinais de perigo e necessidade de encaminhamento ao serviço de referência, como a recusa alimentar ou problemas na amamentação. De acordo com a UNICEF (2007), crianças que recebem aleitamento materno exclusivo até pelo menos seis meses de idade possuem melhor desenvolvimento, além de prevenção de doenças e redução de cáries e alterações da fala.

Em estudo realizado por Sales (2017), 73,91% das gestantes participantes afirmaram terem sido orientadas quanto à importância do aleitamento materno exclusivo. Já no trabalho publicado por Demitt (2017), 50,13% das puérperas possuía experiência prévia; 56,66% não receberam informação sobre o assunto no período pré-natal, confrontando os resultados obtidos no presente estudo, quando 87% dos ACS afirmam orientar as mães sobre amamentação na primeira visita. Além disso, os grupos que receberam educação em saúde sobre o tema no pré-natal amamentaram por mais tempo, e exclusivamente, comparados aos grupos-controle. Informações relevantes, visto que, como observado por Martins (2017), após ações educativas em saúde houve mudança dos conhecimentos das gestantes em relação ao aleitamento materno exclusivo, contribuindo na adoção de práticas mais adequadas sobre como colocar o bebê à mama e deixá-lo mamar de acordo com as suas necessidades, influenciando na efetividade do aleitamento e redução da mortalidade infantil.

Acerca do primeiro momento de visita domiciliar pós-parto, o resultado do presente estudo foi satisfatório, visto que 96,3% afirmou realizá-la antes do fim da primeira semana, como preconiza o Ministério da Saúde, e 90,9% afirmou visitar as mães de recém-nascidos que já voltaram da maternidade.

Quanto à qualidade dos conhecimentos passados às mães, estudo feito por Sales (2017), ressalta que a maioria delas conseguiu colocar em prática o que as foi passado sobre aleitamento materno, mas, quando questionadas, não sabiam informar com clareza os tipos de orientações recebidas, relatando dificuldades e inseguranças, concluindo através dos resultados encontrados em estudo, que as informações relacionadas à amamentação deveriam ser explanadas com mais clareza por profissionais de saúde no período de pré-natal e, principalmente, nas consultas de puericultura, pois, como observado, grande parte das mães tem baixo grau de escolaridade, o que pode dificultar a compreensão.

Conclusão

Utilizando como referência o modelo instituído pelo MS através do Caderno de Saúde da Criança, os dados obtidos com o questionário foram satisfatórios, visto que a maioria dos ACS seguem as orientações preconizadas pelo mesmo, quando se trata dos aspectos da visita à puérpera e o seu recém-nascido. Porém, é importante ressaltar a necessidade de estudos que avaliem a qualidade dessas informações recebidas pelas mães do norte de Minas Gerais, uma vez que estudos realizados em outras regiões concluem que muitas vezes são ineficazes e pouco elucidativas.

Parecer do Comitê de Ética: 1.571.319- CEP- Universidade Estadual de Montes Claros

Agradecimentos

À Unimontes pela concessão da bolsa de iniciação científica BIC/UNI.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 272 p.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 466/12. Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 dez. 2012.

DEMITTO, Marcela de Oliveira et al. prevalência e fatores determinantes do aleitamento materno exclusivo. **Revista Uningá**, v. 52, n. 1, 2018.

KEBIAN, Luciana Valadão Alves; ACIOLI, Sonia. A visita domiciliar de enfermeiros e agentes comunitários de saúde da Estratégia Saúde da Família. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 161-9, mar. 2014. ISSN 1518-1944. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fen/article/view/20260>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

MARTINS, C. O. *et al.* Promoção do Aleitamento Materno: intervenção educativa no âmbito da Estratégia de Saúde da Família. **Enfermagem Revista**, v. 20, n. 2, p. 99-108, 2017.

REICHERT, Altamira Pereira da Silva et al. Primeira Semana Saúde Integral: ações dos profissionais de saúde na visita domiciliar ao binômio mãe-bebê [First Comprehensive Health Week: actions of healthcare professionals in mother-and-child home visits]. **Revista Enfermagem UERJ**, [S.l.], v. 24, n. 5, p. e27955, out. 2016. ISSN 0104-3552. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/27955>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

SALES, G. S. S., *et al.* Percepções de mães sobre a prática do aleitamento materno e da introdução da alimentação complementar. **Revista Contexto & Saúde**, v. 17, n. 33, p. 98-110, 2017.

UNICEF. Promovendo o aleitamento materno. 2007. Disponível em <<http://www.unicef.org/brazil/pdf/aleitamento.pdf>>. Acesso em 28 de agosto de 2018.